

UMA AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: O PROGRAMA ESTADO PRESENTE DO ESPÍRITO SANTO

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

Darcy Ramos da Silva Neto

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diest/Ipea.

Danilo Santa Cruz Coelho

Técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea.

Gabriel de Oliveira Accioly Lins

Pesquisador do PNPD na Diest/Ipea.

Em 2017, o Brasil atingiu o recorde histórico de 65.602 homicídios, o que corresponde a 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes, ou cerca de 14% do total de homicídios no mundo. Em meio a esse trágico cenário, algumas vezes surgiram para oferecer falsas soluções, como armar a população, aumentar o endurecimento de penas criminais e estimular o uso do mais alto grau força pelas polícias. Todas essas abordagens já foram tentadas reiteradamente desde os anos 1980, mas apenas serviram para aumentar ainda mais a escalada da violência armada na sociedade. Nesse quadro, se acentua a desesperança da população em relação a um futuro com mais paz. O que fazer? Há solução? Há uma luz no final do túnel que sinalize para uma trajetória a ser perseguida?

Este texto para discussão é o primeiro de uma série de trabalhos cujo objetivo é avaliar quantitativamente o impacto de políticas públicas de segurança e documentar quais políticas, programas e ações deram resultado no que se refere à diminuição de crimes; e entender quais foram as arquiteturas institucionais que dotaram o Estado de mecanismos de governança para a condução de políticas intersetoriais.

Nessa perspectiva, o Programa Estado Presente, implantado em 2011, parecia ser um bom candidato para avaliação, na medida em que o Espírito Santo, em poucos anos, saiu da condição de segundo estado mais violento do Brasil para o 18º. Tal dinâmica de queda dos homicídios, nunca observada na sua série histórica, seria obra do acaso ou das condições socioeconômicas, ou ainda das dinâmicas nacionais, ou seria resultado de política pública local?

Para responder a essa questão, utilizamos o método de "controle sintético", desenvolvido por Abadie e Gardeazabal (2003) e, posteriormente, refinado por

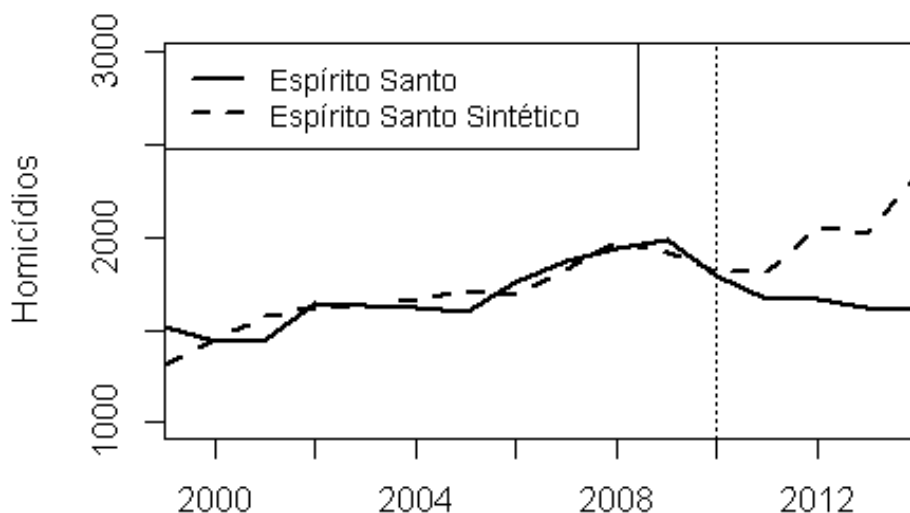
Abadie, Diamond e Hainmueller (2010). Basicamente, o método procura gerar uma estimativa contrafactual da política adotada no estado, comparando os dados observados relativos ao que, de fato, aconteceu no Espírito Santo, com o desempenho de um "controle", obtido a partir da combinação de características de outras unidades federativas, que replicariam artificialmente a história pregressa do estado tratado, no momento anterior à intervenção. Fizemos sequencialmente uma análise benefício-custo da política.

O texto foi organizado da seguinte forma. Em primeiro lugar, fizemos uma retrospectiva da violência letal no Brasil e no Espírito Santo desde 1980 e uma breve análise do contexto histórico das políticas de segurança pública, descrevendo as principais linhas do Programa Estado Presente e da arquitetura institucional desenvolvida. Em segundo lugar, apresentamos a metodologia e os dados utilizados na modelagem. Por último, apresentamos os resultados e as principais conclusões.

Basicamente, a política pública adotada no Espírito Santo uniu um forte investimento para o saneamento do sistema de execução penal, num primeiro momento, com a adoção do Programa Estado Presente, em 2011, baseado em dois pilares centrais: qualificação do trabalho de investigação e inteligência policial; e ações sociais focalizadas territorialmente de cunho preventivo, tendo as oportunidades para a juventude como eixo central.

O gráfico 1 apresenta o principal resultado, que mostra que, sem a intervenção da política pública no estado, ao invés de haver uma queda no número de homicídios, teria havido um aumento.

GRÁFICO 1

Tendência no número de homicídios: Espírito Santo e controle sintético

Elaboração dos autores.

Os resultados indicam que, se não fosse a política adotada, o número de homicídios aumentaria em 29% entre 2010 e 2014, ao contrário da queda observada de 10,2%. Comparando-se os custos financeiros correspondentes à implantação da política com o valor estatístico das vidas poupadas, estimado por Cerqueira (2014), concluímos que cada real gasto gerou um ganho de bem-estar social equivalente a R\$ 2,4.

Tais resultados mostram que a gestão qualificada e comprometida salva vidas e é economicamente viável.

REFERÊNCIAS

ABADIE, A.; DIAMOND, A.; HAINMUELLER, J. Synthetic control methods for comparative case studies: estimating the effect of California's tobacco control program. **Journal of the American Statistical Association**, v. 105, n. 490, 2010.

ABADIE, A.; GARDEAZABAL, J. The economic costs of conflict: a case study of the Basque Country. **American Economic Review**, v. 93, 2003.

CERQUEIRA, D. R. C. **Causas e consequências do crime no Brasil**. BNDES: Rio de Janeiro, 2014. (Prêmio BNDES de Tese de doutorado);